FILOSOFIA

1

Leia o texto a seguir.

> Por causa da desconfiança de uns em relação aos outros nenhuma maneira de se garantir é tão razoável como a antecipação, isto é, pela força ou pela astúcia subjugar todos os homens que puder, durante o tempo necessário para chegar ao momento em que não veja nenhum outro poder suficientemente grande para o ameaçar. E isto não é mais do que a sua própria conservação exige.

HOBBES, T. *Leviatã.* São Paulo: Martins Fontes, 2003. capítulo XIII: Da condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria. p. 107-108.

Com base na interpretação do texto de Thomas Hobbes, explique a fundamentação que ele, em sua obra *Leviatã*, confere à instituição contratual do Estado como poder coercitivo e soberano.

QUESTÃO 1 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: Problemas políticos e éticos na Filosofia. Autor de referência: Hobbes.

Resposta esperada:

Para o autor de *Leviatã*, o homem se apresenta sem laços de sociabilidade e o que lhe resta, em um cenário fictício do estado de natureza, são o medo e a permanente desconfiança em relação ao outro, considerado como uma potencial ameaça à sua sobrevivência. Naquele estado, os homens contam apenas com o próprio poder para fazer valer livremente sua vontade no sentido da preservação de suas vidas. Eis o direito de natureza que, segundo Hobbes, impõe a cada homem o poder para que faça de tudo o que seu julgamento e razão lhe indicarem como meios adequados e necessários a esse fim. Dada esta situação imposta pela natureza, a tendência é que a desconfiança de uns em relação aos outros e os conflitos decorrentes levem a uma guerra generalizada. Para evitar a guerra e os riscos para a vida de todos, exige-se a introdução do contrato social e a instituição de um poder soberano capaz de dar coercitivamente um fim à potencial guerra ininterrupta de todos contra todos. Um poder que seja capaz de restringir a liberdade natural que cada homem possui para usar seu poder da maneira que bem julgar para sobreviver. O contrato social é, pois, uma medida necessária para assegurar as condições de autoconservação individual implicadas na lei natural. O que os homens buscam, afinal, é a autoconservação, com o objetivo de evitar o maior de todos os males: a morte ou a privação dos meios necessários para preservar a vida. Logo, conservar a vida apresenta-se como um valor absoluto, uma lei da natureza, um direito natural que deve ser assegurado pelo Estado. Esse, portanto, nasce a partir de uma lei positiva – o pacto social – como condição de possibilidade para a manutenção de um direito natural, que é a vida de cada um a ser preservada.

2

Leia o texto a seguir.

> Mesmo supondo que as faculdades racionais de Adão fossem inteiramente perfeitas desde o primeiro momento, ele não poderia ter inferido da fluidez e da transparência da água que ela o afogaria, ou da luz e do calor do fogo, que este o consumiria. Nenhum objeto jamais revela, pelas qualidades que aparecem aos sentidos, tanto as causas que o produziram como os efeitos que surgirão dele; nem pode nossa razão, sem o auxílio da experiência, jamais tirar uma inferência acerca da existência real e de um fato.
>
> HUME, D. *Investigação acerca do Entendimento Humano*. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 50.

Com base na interpretação do texto, explique o conceito de causalidade na epistemologia de David Hume.

QUESTÃO 2 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: Problemas epistemológicos na Filosofia. O problema da ciência, do conhecimento e método na Filosofia. Autor de referência: Hume.

Resposta esperada:

A experiência, para Hume, constitui fonte de conhecimento ao revelar a relação causal existente entre os fenômenos naturais. Toda causa gera, como consequência, um efeito. A experiência, e não a razão, é quem captura a relação existente entre uma causa e seu efeito. Logo, a experiência é fonte reveladora da relação causal. O que Hume questiona é o fato de a experiência, assim como a razão, serem insuficientes na justificação da existência de uma conexão causal entre os fenômenos naturais. Que o fogo, em razão do calor que lhe é inerente, produz queimaduras, é um conhecimento empírico. Ou seja, há uma relação direta entre o fogo (causa) e a queimadura (efeito) revelada pela experiência. No entanto, a experiência é incapaz de inferir a existência de uma conexão necessária entre fogo e calor. Não há nada na experiência que garanta a manutenção da relação causal entre fogo e calor. Nem a experiência nem a razão podem inferir sobre a determinação causal entre os fenômenos naturais. Sabemos apenas que há uma relação causal, mas não sabemos se há, de fato, uma conexão causal (de forma necessária) entre o fogo e o calor. Enfim, identificar a causa de um efeito não envolve um conhecimento objetivo da causa em si, de suas qualidades e poderes não perceptíveis, nos quais o efeito estaria necessariamente implicado. Essa necessidade causal não se pode conhecer, isto é, não se tem acesso àquilo que na causa implica necessariamente o efeito. Só notamos uma relação uniforme e regular ou uma conjunção constante entre o que consideramos causa de um determinado efeito produzido, ambos percebidos pela experiência, numa sucessão temporal.

3

Leia o texto a seguir.

> Ficamos, em geral, tão impressionados com os resultados da ciência que conferimos uma credibilidade espantosa a qualquer tese que tenha êxito em se apresentar como resultado de uma pesquisa científica. Como ilustração, podemos citar a credibilidade conferida pela população instruída em geral a afirmações a respeito da origem do universo, apesar da escassez de evidências. Tendo em vista o sucesso e o status da ciência, não é de surpreender que os filósofos da ciência tenham se preocupado em tentar compreender o que torna a ciência bem-sucedida. Dentre eles, para determinar o status científico de uma teoria, Popper julgou ter encontrado a resposta: o critério de falseabilidade.
>
> Adaptado de: NEWTON-SMITH, W. H. Popper, ciência e racionalidade. In: O´HEAR, Anthony. (org.). *Karl Popper*: Filosofia e Problemas. São Paulo: UNESP, 1997. p. 21-22.

O texto apresenta a mentalidade cientificista e o relaciona ao problema da demarcação entre ciência e não ciência, destacando o critério desenvolvido por Karl Popper: o da falseabilidade. Com efeito, a crítica ao cientificismo coloca em questão uma determinada concepção de ciência difundida pelo positivismo. Neste sentido, explique o significado do critério de falseabilidade na crítica popperiana ao cientificismo.

QUESTÃO 3 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: Problemas epistemológicos na Filosofia. O problema da ciência, do conhecimento e método na Filosofia. Autor de referência: Popper.

Resposta esperada:

O texto citado destaca um importante problema da epistemologia do século XX: a crítica ao cientificismo e a questão da demarcação entre ciência e não ciência. A supervalorização do conhecimento científico e a credibilidade conferida a qualquer teoria que se apresente resultado de uma pesquisa científica, com repercussão prática sobre a vida humana, através da técnica, culminam no cientificismo, isto é, a crença disseminada pelo positivismo de que tudo poderia ser explicado pela ciência constituindo o único critério para alcançar a verdade. Popper, ao criticar esta visão dogmática, defende que qualquer afirmação ou teoria científica baseada em observação jamais poderá ser considerada uma verdade absoluta. Segundo ele, não podem existir enunciados definitivos em ciência, isto é, concebe que todas as leis e teorias científicas, enquanto produtos do espírito humano, são hipotéticas e conjecturais. A ciência só produz conhecimentos provisórios e em constante modificação. Como se pode observar, a crítica de Popper ao cientificismo coloca em questão o problema da demarcação entre o que é ciência e o que não é ciência. Com efeito, o cientificismo se baseia sobre um critério de demarcação científica relacionado ao modelo indutivo-confirmacionista: o critério de verificabilidade, segundo o qual todo enunciado, para ser científico, deveria ser suscetível à verificação empírica pela inferência indutiva. Opondo-se a esse critério, em sua crítica ao modelo que sustenta o cientificismo, Popper defende o de falseabilidade (ou refutabilidade). Uma teoria científica deve comportar a possibilidade de sua refutação. Pela falseabilidade, como critério de verificação da validade científica, será considerada ciência somente aquela que produz teorias a partir da contrastação empírica de hipóteses capazes de serem submetidas ao falseamento e que serão válidas enquanto não forem refutadas (modelo hipotético-dedutivo). Quando a teoria resiste à refutação pela experiência, pode ser considerada comprovada.

4

Há uma passagem célebre na obra *A República*, de Platão, em que o filósofo afirma:

> Enquanto os filósofos não forem reais nas cidades, ou os que agora chamamos reis e soberanos não forem filósofos genuínos e capazes, proporcionando a junção do poder político com a filosofia, não haverá termo para os males das cidades, nem, segundo penso, para os do gênero humano.

Adaptado de: PLATÃO, *A República* (Livro VII, 473 d). 7a. ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1993. p. 252.

Com base nessa passagem e considerando a realização da justiça na cidade ideal pensada por Platão em *A República*, explique como ele concebe a necessidade de que os governantes sejam filósofos ou dedicados à filosofia .

QUESTÃO 4 – EXPECTATIVA DE RESPOSTA

Conteúdo programático: Problemas políticos e éticos na Filosofia. Problema ético: Liberdade, emancipação e dever. Questão de referência: a questão da justiça. Autor de referência: Platão.

Resposta esperada:

A República pertence ao rol de utopias políticas construídas ao longo da história. Platão quer, diante de uma Atenas com forte influência da sofística e triunfo dos oradores mais habilidosos, pensar um novo modelo político que possa concretizar de fato as virtudes. Sobretudo, a mais elevada, que é a justiça. Um governo não deve ser obra dos mais fortes, como afirma Trasímaco no livro I de *A República*, ou dos mais competentes na arte de proferir discursos que enganam. O governo deve ser exercido pelos mais sábios, que alcançam a contemplação do Bem, fonte ou causa de todo conhecimento e de toda a verdade. É nesse contexto que se insere a ideia platônica do governo do rei filósofo necessário para constituir uma cidade virtuosa. Platão propõe uma espécie de epistemocracia. O filósofo, por uma comunhão com a Verdade, é aquele que se dedica com afinco ao estudo das diversas ciências. Platão propõe que, para chegar à função de comando, o governante deve antes passar pelo estudo de uma gama variada de conhecimentos (ciências) e que saiba fugir das sensações com o objetivo de contemplar as essências, ou seja, que consiga necessariamente distinguir o conhecimento (“episteme”) da opinião (“doxa”). O filósofo é aquele que sabe diferenciar as essências do que é mutável e passageiro. O filósofo é avesso à mentira e amigo da justiça. Metaforicamente, Platão compara a cidade a um navio. Nele, estão os armadores, marinheiros e o piloto. Os armadores correspondem ao povo. São fortes, mas não possuem muita clareza acerca da navegação. Os marinheiros são aqueles que lutam pela posse do leme, mas também não conhecem a arte de navegar. São como os chefes políticos. Por fim, restam os pilotos que, assim como os filósofos, são desprezados, mas detêm o conhecimento para bem conduzir o navio. O Estado terá uma boa condução quando à frente do governo estiver o filósofo ou então alguém que esteja imbuído da filosofia verdadeira. Com isso, teremos governantes justos.